



ACORDO MARCO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL ENTRE A INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Entre os signatários, a **INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS**, instituição de ensino superior sem fins lucrativos, com personalidade jurídica conferida pelo Ministério da Educação Nacional da Colômbia, mediante a Resolução nº 12.998 de 12 de agosto de 1985, legalmente representada por **Dra. Margarita María Carmona Giraldo**, maior de idade, domiciliado(a) em Medellín, Antioquia, identificado(a) com cédula de identidade número CC 43018262 desse Município, doravante denominada **VISIÓN DE LAS AMÉRICAS**, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, legalmente representada por SEU Reitor, Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira, maior de idade, identificado(a) com documento nº 00.620.232-25, doravante denominada **UFBA**, conjuntamente denominados como **AS PARTES**, acordaram previamente as seguintes

CONSIDERAÇÕES:

- I. Que ambas as instituições manifestam sua vontade de unir esforços na tarefa acadêmica, comprometendo-se mutuamente a cooperar em prol da qualidade docente, investigativa, de formação e de extensão.
- II. Que as pessoas que subscrevem o presente documento estão autorizadas pelas instituições que representam a cumprir o estabelecido nos termos e condições dispostos nas seguintes

CLÁUSULAS:

PRIMEIRA. OBJETO. O presente acordo tem como objetivo estabelecer as bases e critérios sobre os quais a “Visión de las Américas” e a UFBA realizarão ações conjuntas de colaboração acadêmica, científica e cultural para o fortalecimento das funções educativas que desempenham.

SEGUNDA. ATIVIDADES. Ambas as partes concordam que poderão realizar ações de colaboração nas seguintes áreas:

- a) Mobilidade de estudantes, professores/as e técnicos/as administrativo/as.
- b) Desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa.
- c) Planejamento de cursos, conferências, simpósios, cursos de extensão, atividades de internacionalização de grades curriculares, entre outras que sejam de interesse de ambas as partes.
- d) Produção científica e de materiais acadêmicos de interesse comum.
- e) Outras atividades acadêmicas e científicas acordadas entre as partes.



TERCEIRA. APOIO FINANCEIRO. O presente acordo não implica apoio financeiro; no entanto, as partes poderão acordá-lo em acordos de cooperação específicos, sempre que tal financiamento seja necessário para a execução da atividade.

QUARTA. ACORDOS DE COOPERAÇÃO ESPECÍFICOS. As partes concordam que os planos de trabalho derivados deste acordo serão elevados à categoria de acordos de cooperação específicos. Estes acordos serão considerados anexos deste instrumento.

QUINTA. ALCANCE DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ESPECÍFICOS. Os acordos de cooperação específicos descreverão, com precisão, conforme aplicável, as atividades a serem desenvolvidas, a responsabilidade de cada uma das partes, o orçamento necessário para cada atividade, as fontes de financiamento, o pessoal envolvido, as instalações e equipamentos a serem utilizados, o cronograma de trabalho, bem como todos os elementos necessários para determinar com exatidão os fins e alcances de cada um desses acordos.

SEXTA. PROPRIEDADE INTELECTUAL. A propriedade intelectual derivada da execução deste acordo será regida pelas normas e regulamentos de cada instituição vigentes sobre a matéria. Em qualquer caso, será esclarecido o alcance conforme a participação de cada uma das partes nos projetos executados.

SÉTIMA. COORDENAÇÃO DO ACORDO. Para efeitos de coordenação do presente acordo, as instituições participantes designam os líderes das Oficinas de Relações Internacionais. Eles serão responsáveis por supervisionar o desenvolvimento e cumprimento das cláusulas do presente instrumento e decidir sobre a conveniência de rescindi-lo ou modificá-lo.

OITAVA. EXCLUSÃO DE RELAÇÃO TRABALHISTA. O pessoal de cada uma das partes designado para a realização conjunta de qualquer ação em virtude da execução do presente instrumento continuará, de forma absoluta, sob a direção e dependência da parte com a qual possui relação trabalhista estabelecida.

NONA. VIGÊNCIA. O presente instrumento terá a duração de 5 anos a partir da data da última assinatura e será renovado automaticamente, salvo se uma das partes indicar o contrário antes de seu vencimento.

DÉCIMA. CESSÃO. Nenhuma das partes poderá transferir total ou parcialmente qualquer poder designado por este acordo sem a autorização expressa e por escrito da outra parte.



DÉCIMA PRIMEIRA. MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS. Para solucionar possíveis diferenças ou divergências surgidas durante a vigência do acordo, as partes poderão recorrer aos mecanismos de solução direta previstos na Lei, tais como: conciliação, composição amigável e contrato de transação.

DÉCIMA SEGUNDA. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, CONFIDENCIALIDADE E DEVER DE SIGILO. As partes comprometem-se a cumprir estritamente os princípios legais que protegem o tratamento de dados pessoais, especialmente quando os dados fornecidos ou aos quais se dá acesso para custódia e tratamento sejam classificados como pessoais, privados, semiprivados e sensíveis, conforme estabelecido pela Lei 1.581 de 2012 e o Decreto 1.377 de 2013. As partes reconhecem que, ao tratar dados em nome da outra parte, deverão obter, armazenar e tratar os dados pessoais em conformidade com as finalidades deste acordo, assim como as autorizações para o tratamento dos bancos de dados que se originarem em virtude deste acordo. As partes deverão adotar medidas de segurança de tipo administrativo, digital, físico e jurídico de acordo com a classificação das informações pessoais fornecidas ou acessadas; para garantir que não sejam acessadas por pessoal não autorizado, cedidas, transferidas e/ou sujeitas a qualquer tratamento fora do propósito compreendido no objeto deste acordo.

DÉCIMA TERCEIRA. ASSINATURA DIGITAL. As partes reconhecem e aceitam que o presente acordo poderá ser assinado e executado de forma autográfica ou por assinatura digital. As partes concordam que a assinatura digital para efeitos do presente acordo, assim como a documentação relacionada, terá o mesmo efeito jurídico e valor probatório que a assinatura autográfica.

DÉCIMA QUARTA. PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS. A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS e a UFBA comprometem-se a cumprir as normas vigentes em matéria de prevenção e controle de riscos e combate aos delitos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção, fraude e suborno; a implementar mecanismos para detectar operações suspeitas e, em geral, abster-se de realizar qualquer conduta que seja considerada arriscada para a instituição ou que possa constituir uma atividade delituosa; garantindo que suas atividades e/ou seus recursos não estejam relacionados ou não provenham de atividades ilícitas. Se ocorrer tal situação, a UFBA ou a INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS terão o direito de rescindir o presente acordo sem que, por esta situação, haja obrigação de indenizar qualquer tipo de prejuízo que a contraparte possa pretender.

As partes declaram que não possuem interesses particulares que possam gerar conflitos; caso surja algum conflito de interesse, a parte afetada informará a outra para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Lido o presente instrumento, cientes as partes do conteúdo e alcance de cada uma de suas cláusulas e declarando que não há dolo, má-fé ou qualquer outro motivo que vicie o consentimento, assinam-no em duas vias, ambas com igual teor e validade.



Local: Medellín, Colômbia

Local: Salvador, Bahia, Brasil

Data: 21/02/2025

Data: 31 / 03 / 2025

PELA
INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN
DE LAS AMÉRICAS


Dra. Margarita María Carmona
Giraldo
Reitora

PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA


Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Reitor





WUOLB



ACUERDO MARCO DE COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL ENTRE LA INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS Y LA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Entre los suscritos, la **INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS**, institución de educación superior sin ánimo de lucro, con personería jurídica otorgada por el Ministerio de Educación Nacional de Colombia mediante Resolución No. 12998 del 12 de agosto de 1985, representada legalmente por **Dra. Margarita María Carmona Giraldo**, mayor de edad, domiciliada en Medellín, Antioquia, identificada con cédula de ciudadanía número CC 43018262 de dicho Municipio, quien para los efectos de este convenio se denominará **VISIÓN DE LAS AMÉRICAS** y la **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, representada legalmente por su Rector, Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira, mayor de edad, domiciliado en la Calle Augusto Viana, S/Nº, Canela, 40110-170 – Salvador/Bahia/Brasil identificado con documento No. 00.620.232-25 y quien para efectos de este convenio se denominará **UFBA**, quienes conjuntamente se llamarán **LAS PARTES**, han acordado previamente las siguientes

CONSIDERACIONES:

- I. Que ambas instituciones manifiestan su voluntad de aunar esfuerzos en la labor académica, comprometiéndose mutuamente a cooperar en pro de la calidad docente, investigativa, de formación y de extensión.
- II. Que las personas que suscriben el presente documento, están facultadas por las instituciones que representan para hacer cumplir lo estipulado en los términos y condiciones que se establecen en las siguientes

CLÁUSULAS:

PRIMERA. OBJETO. El presente convenio tiene como objeto establecer las bases y criterios sobre los cuales "Visión de las Américas" y UFBA realizarán acciones conjuntas de colaboración académica, científica y cultural para el fortalecimiento de las funciones educativas que desempeñan.

SEGUNDA. ACTIVIDADES. Ambas partes acuerdan que podrán realizar acciones de colaboración en las siguientes áreas:

- a) Movilidad de estudiantes, profesores y administrativos.
- b) Desarrollo conjunto de proyectos de investigación.



- c) Diseño y programación de cursos, conferencias, simposios, diplomados, actividades de internacionalización del currículo, entre otras, que sean de interés entre ambas partes.
- d) Producción científica y de materiales académicos de interés común.
- e) Otras actividades académicas y científicas que acuerden las partes.

TERCERA. APOYO FINANCIERO. El presente convenio no implica ningún apoyo financiero, sin embargo, las partes podrán acordarlo en los convenios específicos, siempre y cuando dicho financiamiento sea necesario para su ejecución.

CUARTA. CONVENIOS ESPECÍFICOS. Las partes acuerdan que los programas de trabajo que se deriven de este convenio serán elevados a la categoría de convenios específicos de colaboración. Estos convenios específicos se considerarán anexos del presente instrumento.

QUINTA. ALCANCE DE LOS CONVENIOS ESPECÍFICOS. Los convenios específicos describirán, con toda precisión y según corresponda, las actividades a desarrollar, la responsabilidad de cada una de las partes, el presupuesto requerido para cada actividad, las fuentes de financiamiento, el personal involucrado, las instalaciones y equipos a utilizar, el calendario de trabajo, así como todo lo necesario para determinar con exactitud los fines y alcances de cada uno de dichos convenios.

SEXTA. PROPIEDAD INTELECTUAL. La propiedad intelectual que se derive de la ejecución de este convenio se registrará por las normas y los reglamentos de cada institución vigentes sobre la materia. En todo caso se aclarará su alcance de acuerdo con la participación de cada una de las partes en los proyectos que se ejecuten.

SÉPTIMA. COORDINACIÓN DEL CONVENIO. Para efectos de coordinación del presente convenio, las instituciones participantes designan a los líderes de las Oficinas de Relaciones Internacionales. Ellos se encargarán de supervisar el desarrollo y cumplimiento de las cláusulas del presente Convenio y de decidir sobre la conveniencia de terminar y modificar el convenio.

OCTAVA. EXCLUSION DE RELACION LABORAL. El personal de cada una de las partes que sea designado para la realización conjunta de cualquier acción con motivo de la ejecución del presente Convenio, continuará en forma absoluta bajo la dirección y dependencia de la parte con la cual tiene establecida su relación laboral.

NOVENA. VIGENCIA. El presente Convenio tendrá una duración de 5 años a partir de la fecha de la última de sus firmas y será renovado de manera automática, a menos que una de las partes indique lo contrario antes de su vencimiento.



DÉCIMA. CESIÓN. Ninguna de las Partes podrá ceder total o parcialmente este convenio sin la autorización expresa y escrita de la otra.

DÉCIMA PRIMERA. MECANISMO DE SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS. En aras de solucionar en forma ágil y directa posibles diferencias o discrepancias surgidas durante la vigencia del convenio, las partes podrán acudir a los mecanismos de solución directa previstos en la Ley, tales como: conciliación amigable, composición y transacción.

DÉCIMA SEGUNDA. TRATAMIENTO DE DATOS PERSONALES, CONFIDENCIALIDAD Y DEBER DE SECRETO. Las partes se comprometen a dar estricto cumplimiento a los principios legales que protegen el tratamiento de datos personales, en especial, cuando los datos que se entreguen o se den acceso para su custodia y tratamiento, se traten de aquellos señalados por la Ley 1581 de 2012 y el Decreto 1377 de 2013 como personales, privados, semiprivados y sensibles. Las partes reconocen que, al tratar datos a nombre de la otra parte, deberán obtener, almacenar, tratar de acuerdo con las finalidades de este convenio, los datos personales, así como las autorizaciones para el tratamiento de las bases de datos que se levanten en virtud de este convenio. Las partes deberán adoptar medidas de seguridad de tipo administrativo, informático, físico y jurídico, acorde a clasificación de la información personal que se está entregando o accediendo; para así, garantizar que ésta no sea accedida por personal no autorizado, cedida, transferida y/o sometida a cualquier tratamiento por fuera de la finalidad comprendida en el objeto de este convenio.

DÉCIMA TERCERA. FIRMA DIGITAL: Las Partes reconocen y aceptan que el presente convenio podrá ser firmado y ejecutado de manera autógrafa; o mediante firma digital. Las partes acuerdan que la firma digital para efectos del presente convenio, así como la documentación relacionada, tendrá el mismo efecto jurídico y valor probatorio que la firma autógrafa.

DÉCIMA CUARTA. PREVENCIÓN Y CONTROL DE RIESGOS. La INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS y la UFBA se obligan a cumplir con las normas vigentes en materia de prevención y control de riesgos y lucha contra los delitos de lavado de activos, financiación del terrorismo, corrupción, fraude y soborno, a implementar los mecanismos tendientes a detectar operaciones sospechosas y en general abstenerse de realizar cualquier conducta que sea considerada riesgosa para la institución o que pueda llegar a ser una actividad delictiva; garantizando en todo momento, que sus actividades y/o sus recursos, no se encuentren relacionados o provengan, de actividades ilícitas. De darse lugar, bien sea la UFBA o la INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA VISIÓN DE LAS AMÉRICAS tendrán derecho a terminar el presente acuerdo, sin que por esta situación esté obligada a indemnizar algún tipo de perjuicio que puede pretender la contraparte.

Asimismo, ambas partes declaran que no tiene intereses particulares que puedan entrar en conflicto, en caso de presentarse algún conflicto de interés, se informará a la contraparte para tomar las medidas que fuesen necesarias.



Leído el presente instrumento, enteradas las partes del contenido y alcance de cada una de sus cláusulas e indicando que en su celebración no existe dolo, mala fe, o cualquier otro motivo que vicie su consentimiento, lo firman por duplicado, ambas versiones con igual contenido y validez.

Lugar: Medellín, Colombia
Fecha: 21/02/2025

Lugar: Salvador, Bahia, Brasil
Fecha: 31 / 03 / 2025

**POR LA
INSTITUCIÓN UNIVERSITARIA
VISIÓN DE LAS AMÉRICAS**

**Dra. Margarita María Carmona
Giraldo
RECTORA**

**POR LA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Rector**

